"Altercões" e "Rixosos": Colonos Portugueses numa vila militar no Pará Imperial

Eliana Ramos Ferreira*

As motivações que impulsionaram a mobilidade de grupos consideráveis de portugueses são diversas, ao longo do tempo desses deslocamentos, e foram tanto por razões estruturais quanto conjunturais[1]. Uma delas relaciona-se com as políticas dos governos brasileiros para esse trabalho, notadamente em meados do século XIX, que incentivaram a fixação de novos colonos [...] que se propusessem ao cultivo da terra.

Uma dessas políticas se fez necessária quando pressões internas e externas sinalizavam a mudança no tipo da força de trabalho utilizado na produção, o que colocou em xeque a extinção formal do então chamado infame tráfico negreiro[2], em 1850[3]. O problema da substituição da mão de obra escrava na organização do trabalho rascunhava um quadro de mudanças estruturais que se apresentava na organização da produção, bem como em outros níveis da organização social do trabalho no império, pedindo medidas e decisões políticas objetivando uma solução compatível com tão profundo problema. A extinção do tráfico de escravos levou o Estado Imperial à procura de fontes alternativas de mão de obra.

Nesse sentido, uma das vias defendida por significativa parcela do governo Imperial, afinada com as ideias liberais, foi o desenvolvimento de uma política imigrantista com o estímulo a projetos de colonização visando a entrada massiva de emigrantes, preferencialmente europeus. Esse outro momento de colonização está intrinsecamente conexo ao problema da crise da mão de obra escrava no Brasil.

Por outro lado, o fim do tráfico trouxe impacto também na produção do país, assim, a criação dos núcleos coloniais constituiu-se em ações e políticas governamentais que buscavam atender as demandas relacionadas também ao problema da produção e consumo. Tornou-se tão premente a questão da substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre e assalariado, que o governo optou pela formação de núcleos coloniais oficiais onde os imigrantes pudessem se instalar.

Uma das modalidades de núcleos pensadas foram as colônias, estabelecidas pelo governo; e a outra forma, as colônias organizadas por particulares ou associações. No Pará, foram criadas três colônias: as Vilas Militares, destinadas à colonização Pedro Segundo; São João de Araguaya e a de Óbidos. O presente trabalho pretende refletir sobre a experiência de colonos portugueses na Vila Militar de Óbidos, na província do Pará imperial.

A Vila Militar de Óbidos

De acordo com os registros de Antonio Baena, a Vila de Óbidos foi criada em 1758, do

âmago da aldeia denominada de Pauxis, devido aos indígenas que habitavam e onde missionaram os padres capuchinhos da província da Piedade. Óbidos está localizada no médio Amazonas, no ponto em que "tem o Amazonas um passo estreito"[4]. Nesse ponto, a largura do rio é de cerca de 1890 metros no leito normal, ou seja, é onde o rio Amazonas alcança um dos seus pontos mais estreito e com isso o rio fica também mais profundo. Baena afirma que nos anos 30 do século XIX, "os moradores da vila habitavam casas arruadas; e suposto que algumas sejam colmadas de folhagem, contudo tem seu alinho, o que tudo com uma boa praça, que tem, faz uma vivenda agradável"[5].

Formalmente criada pelo Decreto n. 1.363 de 8 de abril de 1854[6], a Colônia Militar de Óbidos, de acordo com o presidente Rego Barros, em relatório de maio de 1855, no Pará "Colonisão propriamente dita não a temos ainda na Província, mas apenas algumas colônias militares estabelecidas, [...] em annos anteriores, e pouco tem progredido; de moderna data temos a que ultimamente mandou-se fundar nas proximidades da Cidade de Óbidos"[7]. Em sua exposição, continua informando que para esta colônia militar, deveriam vir "colonos Portugueses, dos quaes á pouco chegarão 50, seguindo para o seu destino 38 por terem 12 rescindido seus contractos". No seu Art. 6º, o Decreto 1.363 expressava a urgência de se criar as condições necessárias bem como dar as devidas providencias no sentido de edificar as:

> [...] acommodações e viveres dos colonos, plantação dos generos alimenticios, e trabalhos preparatorios para a recepeção dos colonos estrangeiros, tendo em attenção que o Governo Imperial mandará vir de Portugal para aquelle ponto de 1.400 a 1.600 colonos, em porções de 100 a 200 individuos de cada vez, e nas epochas que propuzer o mesmo Presidente[8].

O governo provincial envidou esforços e recursos para implementar tais orientações contidas no referido Artigo. O senhor Rego Barros, no relatório supracitado, já informava que "[...] Para esses [colonos] já se achão ali promptas as necessárias accommodações, como acabei de observar, quando ali estive ultimammente, e bem assim outras obras estão concluídas ou delineadas [...]". Os documentos são complementares e convergem ao mesmo ponto: a vinda de colonos portugueses para a Vila Militar de Óbidos, na província do Pará.

Por todo o ano de 1854, foi feito o levantamento topográfico para instalação da colônia. Em ofício de 11 de janeiro de 1855, ou seja, menos de um ano de sua fundação, o diretor comandante da Vila de Óbidos, senhor Pedro da Cunha, informava que estava "concluida a medição do terreno da Colonia à margem do Rio Amazonas ficando com oito mil e trezentas braças"[9].

O passo seguinte seria arrumar acomodação para abrigar os colonos que estavam previstos para vir **habitar** e **desenvolver** a nova Colônia. Em ofício de 12 de junho de 1855, o diretor Pedro Cunha acusou o recebimento de trinta e um colonos, dos quinhentos previstos, conforme a determinação do supracitado artigo 6º de que os colonos portugueses deveriam chegar aos poucos, em levas de (porções) cem a duzentos por vez, dos 1400 a

1600 previstos. Para melhor abrigar esses colonos, o diretor propôs a compra "de uma casa que existe na visinhaça da povoação da Colônia, a qual o donno á offerece por tresentos mil reis quantia pela qual está avaliada pelo perito"[10].

Segundo o Oficial Maior da Repartição Geral das Terras Públicas, o senhor Bernardo Augusto Nascentes Azambuja, em relatório da Repartição Geral das Terras Públicas, referente ao ano/exercício de 1855, afirmou que

> Esta Colônia vae em progesso, e promette um futuro esperançoso, tendo-se em attenção não só a benignidade do seu clima, como a fertilidade do seu solo, e a sua excellente posição.
> Entre muitas vantagens, que a colônia offerece, o Director a ponta a possibilidade de se estabelecer um estaleiro para o fabrico de escunas e brigues. [...] Existem mais no Lago Cumurú um curral com 53 cabeças de gado de criação[11].

O Oficial Maior da Repartição Geral das Terras Públicas demonstra o seu entusiasmo com a Vila de Óbidos, mesmo que fosse talvez para justificar as ações da Repartição, no encaminhamento do processo de ordenação da propriedade fundiária no país, pois, para ele, a Vila reunia muitos atrativos para os interesses do Estado Imperial e também para os colonos. Estabelecer um estaleiro para a construção de navios como escunas e brigues, significava enorme vantagem para o império que poderia armar melhor a sua marinha na região Norte do Império.

Por outro lado, num momento em que havia a crença de que os miasmas por meio das emanações fétidas e nocivas eram tidas como as principais causas de várias doenças[12], acenar com um local com um **clima benigno** constituia-se num trunfo político para atrair colonos saudáveis e, para esses, uma garantia para se emigrar em busca de dias melhores. Clima benigno e solo fértil – Binômio, segundo os agentes do governo imperial – o diretor da Vila Pedro Cunha e o Oficial Maior da Repartição Geral das Terras Públicas –, que seria a chave para o progresso da Colônia Militar de Óbidos. A fertilidade do solo era a outra moeda política do governo imperial para enfatizar o discurso do sucesso e do progresso, para atrair os imigrantes estrangeiros, notadamente os portugueses.

Itinerários Incertos

Entre a intenção de emigrar e a sua efetiva concretização ocorrem preparativos de partida, a viagem e, enfim, a chegada. Muitas das vezes, o estranhamento é a primeira reação antes o desconhecido. Entregue a si ou dispondo de algum enquadramento, o emigrante enceta o processo de fixação, confrontando-se com outros homens, outra sociedade[13], outras culturas, outras condições climáticas e naturais.

Para muitos imigrantes, há os preparativos de partida, mas nem sempre conseguem chegar ao ponto de chegada, do destino escolhido. Os reveses e as adversidades

enfrentadas ao longo do caminho, como a fome e as doenças, podem alterar um trajetória imaginada, ou mesmo o desafio ao desconhecido.

Na pertinência dos itinerários dos emigrantes e do processo migratório, é instigante a reflexão de Beatriz Rocha Trindade[14]. Para ela, dentre os conceitos operacionais que correntemente se utiliza nesses estudos, quer ao nível coletivo, quer ao nível individual, é necessário destacar a noção de **itinerário**, cujo conteúdo não se restringe somente a de mero trajeto "constituído por uma sucessão de pontos no espaço geográfico que o emigrante percorre". É preciso extrapolar essa noção e considerar também a sua pertinência quanto à trajetória social, ao caminhar num projeto de vida, ao transitar por espaços culturais nele impregnado.

As colônias estabelecidas depararam-se com uma série de limitações e problemas ao seu desenvolvimento, ligada às estruturas materiais e porque não também mentais e culturais, e não só as preexistentes como também as dos colonos que ali se estabeleciam.

Numa primeira tentativa de se visualizar uma das trajetórias possíveis desses sujeitos em um ponto do Pará Provincial, pode ser por meio dos Ofícios do Diretor da Colônia Militar de Óbidos enviados ao presidente da província. Esses ofícios nos possibilitam imaginar sob diversos ângulos o processo de estabelecimento do núcleo colonial e o mosaico do seu cotidiano, as tensões e conflitos entre colonos e a administração local.

Em 30 de maio de 1855, o diretor da Vila de Óbidos senhor Pedro Cunha acusou, por meio de ofício ao presidente da província Ângelo Custodio Correia, a chegada de cento e quatro (104) colonos portugueses No mesmo oficio, o diretor informou também sobre a morte de um colono por nome Antonio Bernardo Monteiro, que no trajeto da cidade para a colônia, embriagado, teimou em **deitar-se**, ou seja, atirar-se ao **mar** para nadar. Pode-se inferir que o imigrante Antonio Bernardo ficou impactado com o Rio e no delírio da embriaguez não refutou em nadar no Rio Amazonas, pereceu afogado, apesar dos esforços dos tapuios para salvá-lo – os tapuios que eram exímios nadadores e conhecedores das correntezas do rio. O rio Amazonas foi a linha de chegada do itinerário de seu Antonio Bernardo, um obstáculo não superado.

Para outros, não foi o rio a barreira a ser superada, mas as epidemias que grassavam na província do Pará. Em ofício de 2 de junho de 1855, o diretor comunicou ao presidente da província "com bastante pesar que está declarada nesta Colônia a cholera-mórbus", ainda que não apresentasse a mesma intensidade quanto na Cidade, porém suficiente para vitimar, poucas ainda, segundo ele, visto que "Felizmente só três tem sido Victimas, sendo um tapuio e dois Colonos dos últimos chegados"[15]. E continua que a epidemia estava "pondo seos habitantes em terror e consternação". A Colônia estava vivenciando o medo da propagação da epidemia. Segundo Jean Delumaeu, a insegurança não nasce apenas da presença da doença, mas também de uma desestrutuação dos elementos que construíam o meio cotidiano[16].

Por meio das entrelinhas dos documentos, sente-se a Colônia sitiada sob o cerco da epidemia do cólera. Segundo o diretor, a trajetória do cólera para a vila foi a bordo do vapor Tapajós, procedente da Capital da província, ou seja, da cidade de Belém.

Sem médico na Vila, "invocando o auxilio Divino, pois na falta de boa enfermaria, de enfermeiros práticos, e de galinhas para dieta, era mais um motivo para desanimar", Pedro Cunha noticiou que "os remédios que até hoje tenho aplicado com feliz successo são [...] homoepathico[17], com os quaes tenho podido conseguir remediar os casos mais graves que tem aparecido".

A intensidade da epidemia obrigou o governo provincial a buscar políticas públicas visando conter a epidemia. Uma dessas medidas foi a tentativa de impor maior rigor quanto a inspeção sanitária para desembarque de carga e de passageiros de navios provenientes da Europa; contudo, ante a pressão social, impulsionada pelo medo e a rapidez do alastramento do cólera, motivou-se o uso da homeopatia, inclusive pelos agentes do governo, como expressou o diretor da Colônia de Óbidos, referindo-se às práticas populares e saberes tradicionais, e também à alopatia, medidas profiláticas de combate adotadas tanto pelo poder público quanto pelas 'gentes' comuns[18].

Não foram somente os colonos as vítimas do cólera. Entre o óbito havia dois índios. Pelo menos, nesse momento inicial da epidemia, mas "quando ela desenvolveu toda a sua intensidade", todos os índios existentes e utilizados nas diversas obras da Colônia, principalmente às do forte, empreenderam fuga[19]. Delemaeu afirma que na Europa Ocidental, "a solução sensata era fugir [da Peste]. Sabia-se que a medicina era impotente e que "um par de botas" constituía o mais seguro dos remédios"[20]. Em Óbidos, os indígenas também seguiram o bom senso, e buscaram nas matas uma possível segurança, procurando colocar a maior distância entre eles e a doença manifesta em Óbidos. Ante a situação de saída em massa dos trabalhadores indígenas, o diretor Pedro Cunha paliativamente enviou 28 colonos para que as referidas obras não ficassem paralisadas.

O estranhamento com uma natureza desconhecida e um quadro epidêmico aterrorizante, pode ter transformado o sonho de muitos colonos portugueses em pesadelo, sonhos desmanchados nas águas e no ar. Por outro lado, para os indígenas o melhor refúgio ainda era o *interland* das matas, itinerários diversos e imbricados numa Vila Militar do Pará provincial.

Inúteis para o Serviço: trabalho e o modelo pretendido de colono em Óbidos

Dentre os fatos evidenciados com o alastramento do cólera, o diretor Pedro Cunha noticiou o falecimento da menina de seis (6) anos, que chegou muito doente, morrendo dois dias depois, já na Vila de Óbidos. A menina era filha de Maria de Carvalho, viúva de João Teixeira[21]. Itinerários inconclusos. Sonhos desfeitos.

A perda da filha foi apenas uma parte das dificuldades enfrentadas pela viúva Maria de Carvalho. Na realidade, a sua situação descortina pontos interessantes de reflexão do viver em Colônia estabelecida pelo governo. Ela tinha mais três filhas, destas, duas estavam doentes e uma ainda era **de peito**, ou seja, era bebê e necessitava de cuidados como

a amamentação, condição que para o diretor da Vila de Óbidos tornava a viúva **inútil** por não poder prestar **nem um serviço a Colônia**. Se não podia prestar serviços em atividades como a agricultura, talvez houvesse "alguém que para o serviço domestico lhe convenha"[22]. Considerando o Ofício enviado ao presidente da província Ângelo Costodio em 31 de maio de 1855, o diretor Pedro Cunha diz não saber ao certo como deveria proceder com a viúva Maria de Carvalho, se devia desengajá-la ou não.

A viúva foi considerada **inútil** por não poder prestar nenhum serviço à Colônia de Óbidos, pois suas filhas doentes e uma em amamentação necessitavam de cuidados de mãe. Colono **útil** era o que retornava em trabalho ou em espécie os 'incentivos' recebidos pelo estado, como a passagem recebida para o deslocamento até o ponto de chegada, por exemplo. Sem produzir na agricultura e sem poder dedicar-se a outras atividades, como o comércio, ela e suas filhas foram classificadas como improdutivas, portanto, tornavam-se um peso, no entendimento do diretor da Vila de Óbidos, que acenou com a possibilidade de inseri-la na rede de prestação de serviços domésticos a particulares.

Aflora a problemática da noção de trabalho que permeava o projeto de colonização subvencionada pelo governo – produtividade e de sujeito útil para o progresso –, visto que se fazia mister à substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre e assalariado. Mas o que fazer quando essa mão de obra livre e assalariada pensada para substituir a escrava, por situações limites, como a viúva Maria de Carvalho não produzia? Que medidas coercitivas e disciplinadoras poderiam ser aplicadas? Em ofício de 27 de agosto de 1855, o diretor acusa que:

> Tendo recebido concessão d'esta presidência em data de 8 de junho do corrente anno para consentir no desengajemento da Colona Maira de Carvalho, viúva de João Teixeira e suas filhas, pagando primeiramente o que estiver devendo de seos adiantamentos, e como nada consta da relação que a acompanha, faz-se mister que isto seja declarado.
> [...]
> Cidade de Óbidos 27 de Agosto de 1855[23].

Conforme relata o diretor, que foi autorizado, **recebido concessão**, por meio de ofício de 8 de junho de 1855, do vice presidente da província Miguel Antonio Pinto Guimarães, para desengajá-la, mas não antes do pagamento dos **adiantamentos** que havia recebido do governo. Ou seja, a medida tomada pelo governo provincial foi a de desengajamento, o que implicava em devolução dos gastos feitos pelo governo e a perda da subvenção governamental - a viúva deveria primeiramente pagar o **adiantamento** que havia recebido do governo, para depois ser desengajada e assim sair da condição de colono.

Analisando a experiência alemã no sul do país, Alencastro afirma que "fora da cultura aldeã tradicional europeia, sozinhas num ambiente hostil de desconhecido, muitas delas viveram melancolicamente"[24].

A noção de utilidade do sujeito enquanto sinônimo de produtividade é um ponto básico nesse projeto de colonização. O colono pretendido teria que apresentar compleição física 'robusta', compatível para qualquer tipo de trabalho, visto que deveria produzir economicamente, mediante a sua força de trabalho. O alijamento de Maria de Carvalho foi por causa das filhas que necessitavam de cuidados, o que lhe dificultava o enquadramento nas atividades econômicas previamente estabelecidas. Mas essa era apenas uma das situações possíveis de impedimentos, e que tem forte conotação de gênero, mas não é objetivo do presente trabalho aprofundar o viés de gênero, mas havia outros critérios. Não interessava pessoas que não tivessem boas condições físicas e de saúde, mesmo se considerando questões de gênero ou idade. Em agosto de 1855, o diretor informou ao vice-presidente João Maria de Moraes, que:

> Nesta data faço seguir no Vapor Tapajóz o Colono Manoel Pinto de Miranda por innutil para o serviço, não só por ter o braço esquerdo inteiramente inutilisado (mal com que já veio de sua pátria) e como por andar continuamente doente[25].

O colono Manoel Pinto de Miranda foi **devolvido** por ser **inútil para o serviço, não só por ter o braço esquerdo inteiramente inutilizado como por andar continuamente doente**. Ser devolvido equivalia a ser expulso da Colônia. Os colonos deveriam contribuir para o que se entendia por progresso com a sua força de trabalho, e não ocasionar despesas, principalmente com o desamparo da doença. Um colono na fronteira do não-trabalho era sinônimo de desperdício para o governo.

Em primeiro lugar, numa Colônia, recém fundada, era primordial os braços para serem utilizados nas diversas atividades para dotar a Vila de uma estrutura física mínima, como: as construções de prédios, destinados à acomodação e habitação dos próprios colonos; as ruas; o forte para a defesa da vila; o cemitério; o trabalho na agricultura. Em segundo lugar, o colono ocioso não correspondia à matriz pretendida para a contribuição na formação de uma possível identidade da nação brasileira, ou seja, como seria modelo indesejável para o projeto de civilização nacional.

No relatório de 1855, Pedro da Cunha informava existirem "[...] actualmente duzentos e dez"[26] colonos na Vila, sendo:

Quadro 01
Colonos em Óbidos[27]

Casados	19
Solteiros maiores de 18 annos	117
[Solteiros] De 12 a 13 annos	28
[Solteiros] Menores de 7 annos	9
Mulheres	22
Crianças	3
TOTAL	**210**

Fonte: *Arquivo Público do Pará*. Relatório de 27 de julho de 1855 do Diretor da Vila Militar de Óbidos Pedro da Cunha.

Seguindo a análise historiográfica, observamos que o maior número incide em homens solteiros e jovens. O diretor da colônia ao acusar o recebimento de 104 colonos no dia 30 de maio, de acordo com a relação da Companhia de Navegação e comércio do Amazonas, observou que na relação não constava a idade e nem quanto cada colono devia à Fazenda Nacional, para que pudesse proceder ao devido desconto. Diz que os menores de doze anos vencem cento e vinte réis e os maiores dessa idade vencem setecentos réis, entretanto, os de 12 a 13 e mesmo os de 14 pouca diferença visível há, tendo que ficar com o dito dos pais, ou seja, com a informação dos pais, o que para ele tem pouco valor, - aqui se pode inferir por que os pais poderiam aumentar a idade dos filhos para que recebessem mais, pois tem direito ao salário de cento e vinte réis. A informação da idade era importante, pois incidia no ganho de cada um dos colonos o que implicaria em um gasto maior para os cofres públicos.

Por meio destes documentos, ainda meio fragmentados, podemos palmilhar frestas do cotidiano desses colonos e a sua inserção nas mais diversas atividades produtivas em Óbidos.

Esses duzentos e dez colonos estavam distribuídos nas seguintes ocupações:

42: na preparação de terrenos para plantação em **cinco diferentes lugares** à margem do **Lago Arapucu**, e casas de moradia para as pessoas que estavam ocupadas nesse serviço.

6: no **Lago Curumú,** preparando um terreno para criação de gado vacum, e edificação de casas para a acomodação das pessoas que deveriam ali residir.

23: empregados nos serviços do forte em construção.

139: ocupados na povoação da Colônia, nos seguintes trabalhos: edificação, extração e condução de pedras; preparação de terreno para cemitério; preparação das ruas.

A maioria, em princípio, estava sendo utilizada na construção física da Vila que os abrigaria a partir de então. Dentre esses colonos, de acordo com as informações prestadas pelo diretor da Vila, havia: um pedreiro, seis canteiros e quatro carpinteiros. Ressaltou que nenhum deles era perfeito no seu ofício e que os lavradores, não mereciam ser assim chamados, pois a agricultura encontrava-se atrasada porque, os lavradores, em geral, plantavam sem "sistema de cultura" e nem selecionavam o que plantar o que ocasionava grande escassez de legumes. Por outro lado, devido a riqueza do solo de Óbidos, acreditava ser possível o cultivo do chá, batata e a diversidade de feijões que eram plantados na província do Rio de Janeiro. Nesse sentido, solicitou o envio de sementes de chá e amostras dos diversos tipos de feijão[28].

Dentro do projeto do governo imperial, o Diretor da Vila de Óbidos prestava contas de suas atividades por meio dos relatórios e ofícios ao presidente da província, informando sobre o andamento das obras de infraestrutura que estaria implementando

em Óbidos, inclusive procurando assegurar o abastecimento da nascente Vila, bem como enfatizava as atividades econômicas básicas como a agricultura e a pecuária, para o desenvolvimento de Óbidos.

Em ofício informava que o boi estava valendo na Vila, naquele momento, 16 a 20$000 réis e a vaca de 10 a 12$000 réis, novilhos de 7 a 8$000 e vitelas a 5$00. Esses preços eram válidos se o comprador fosse pegar o gado na porteira ou curral. Mas se o fazendeiro se responsabilizasse pelo transporte, esses valores subiam em razão das distâncias.

O diretor Pedro Cunha, preocupado com a alimentação dos futuros colonos, e em especial o uso do **PÃO** escreveu um ofício em setembro de 1854[29], manifestando a sua preocupação com o hábito alimentar dos colonos destinados a se estabelecerem em Óbidos. Ele sugeriu ao presidente da província que comprasse uma moenda americana para moer o milho, pois os colonos portugueses por estarem acostumados ao pão, iriam estranhar, iriam "dar-se mal com a farinha de que aqui se faz us". A farinha feita na Vila que era de mandioca.

Sabe-se que alguns, provavelmente não chegaram a usufruir do pão e nem da farinha derivada da mandioca. Pelo menos, a viúva Maria de Carvalho e o colono Manoel Pinto, que guardavam vínculos mais estreitos com a pobreza vivida, ao invés do sonho de uma vida melhor, ambos encontraram o pesadelo das privações, dos desencantos e porque não dizer, a humilhação de encontrar-se numa situação talvez até pior daquela que tinham antes da partida.

Portugueses em Óbidos: altercões, rixosos e turbulentos

Os portugueses plasmaram a sua presença em Óbidos, de acordo com o viajante inglês Henry Walter Bates que em viagem pelo rio Amazonas visitou a Vila, ali permanecendo por três (3) semanas no ano de 1859 e registrou que "[...] O lugar já estava muito modificado devido ao afluxo de imigrantes portugueses e à construção de um forte num ponto elevado do barranco"[30].

Mas as experiências desses imigrantes portugueses, destinados ao núcleo colonial de Óbidos, não foi nada harmonioso. As barreiras: cultural e identitária, notadamente, foram responsáveis por relações permeadas de tensões.

Em 27 de julho de 1855, o diretor da Colônia de Óbidos, escreveu ao vice-presidente da província João Maria de Moraes acusando ciência:

> Do quanto exppoem o gerente da Companhia de Navegação Commercio do Amazonas, a respeito das exigências que alguns Colonos fizerão do salário que elles dizem se lhe ficaram devendo por aquella gerencia com a qual elles não se contentarão, o que não admira por que é a gente mais exigente e mais difícil de contentar com quem tenho tratado, aponto de se tornarem intoleráveis.
> [...] Colônia, 27 de Julho de 1855[31].

O diretor da Colônia expressa a sua solidariedade ao gerente da Companhia de Navegação do Amazonas[32], pelo que ele considera **exigência dos colonos**, pois os imigrantes eram esperados como mão de obra livre que vieram para trabalhar na Vila Militar de Óbidos e, enquanto tal, teriam que se ocupar com as atividades disponibilizadas, principalmente a agrícola.

O outro lado dessa moeda, essas **exigências** revelam uma situação de objeção dos colonos que contestavam uma falta de pagamento por parte da Companhia de Navegação, e que segundo o diretor da Colônia, "dizem se lhe ficaram devendo por aquella gerencia". Ou seja, ele não atribui nenhuma credibilidade às **exigências** dos colonos, por considerá-los "gente exigente e difícil de se contentar [...] a ponto de se tornarem intoleráveis". Percebe-se na escrita do diretor a sua intolerância em relação aos colonos e outro ponto: os colonos eram intoleráveis por reivindicarem o que consideravam ser um direito deles, que era o salário?!

Para ele, esses colonos eram talvez, com raras exceções, a "escória da população dos lugares onde residiam" e que eles haviam desenvolvido um "caráter péssimo". "Rixosos e turbulentos os homens ainda fazem mais insuportáveis, pela exigência sem limites que todos os dias apresentam. Nada os satisfazem... [...]"[33].

Ele continua a expressar as suas impressões a respeito do perfil dos colonos.

> A afeição que ordinariamente existe entre patrícios, em país estranho, e que em alguns indivíduos se torna um amor fraternal, não se descobre nesta gente. Sempre altercando, e acusando-se reciprocamente, os colonos apresentam um notável contraste com a mansidão dos índios paraenses. Os salários por que vieram contratados são excessivos à vista do seu trabalho e certas regalias que lhes dá o contrato, lhes favorecem a indolência.

O processo de socialização e as vivências partilhadas em outras paragens sofrem rupturas drásticas na situação de imigração. Ultrapassam-se as simples descontinuidades de território para se cair na complexidade de um novo quadro de trabalho profissional, na teia de uma estrutura social diferente, onde o poder se atinge pelo planejamento de estratégias ignoradas e a comunicação é pautada por códigos diversos e veiculada até por uma linguagem gestual e oral, desconhecidas. O estranhamento acentua as diferenças e os contrates.

Indolentes, altercões, turbulentos, em meio a tensões com os administradores do Pará ou mesmo entre eles, nos idos da década 1850, esses colonos enfrentaram adversidades para alcançarem sonhos, cujos podem ter sido afogados, tragados pelo rio, mas que, como bem observou o viajante Bates, eles plasmaram sua presença nos rincões da Amazônia.

NOTAS

[*] Universidade Federal do Pará – UFPA.

[1] Trindade enfatiza como motivações de caráter positivo, a fortuna dos repatriados, bem como o dinheiro enviado para as terras de origem dos emigrantes, como pecúlio a amealhar ou como suporte e ajuda de familiares ali residentes. Por outro lado, estudos demográficos revelam que os colonos emigrados para o Brasil provinham majoritariamente do Norte de Portugal. Ver: SCOTT, Ana Silvia Volpi. *Famílias, formas de união e reprodução social no noroeste português (séculos XVIII e XIX).* Guimarães, NEPS—Universidade do Minho, 1999, pp. 3-4.

[2] Sobre o tráfico negreiro ver: RODRIGUES, Jaime. *O infame comércio e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-180).* São Paulo, Editora da UNICAMP, 2000.

[3] Sabe-se que por toda a década de 30 do século XIX havia pressão para o término do infame tráfico negreiro, porém estamos considerando a Lei n.581 de 4 de setembro de 1850, conhecida como Lei Eusébio de Queiroz, que pôs fim formalmente ao tráfico de africanos. Para acessar a lei, veja o site: <http://www.icmc.usp.br/ambiente/saocarlos/?historia/o-processo-de-abolicao-e-a-vinda-dos-imigrantes-europeus/lei-eusebio-de-queiroz>.

[4] BAENA, Antonio Ladislau Monteiro. E*nsaio corográfico sobre a província do Pará.* Brasília, Senado Federal, Conselho Editorial, 2004, pp. 246-247.

[5] Baena, *op. cit.*, pp. 246-247

[6] Decreto n. 1.363 de 8 de abril de 1854.
<http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaLegislacao.action> ou também pelo link
<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=80011>.

[7] Pará (Província) Presidente (Rego Barros). Exposição 14 de maio de 1855.
<HTTP://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u999/000009.html>.

[8] Decreto n. 1.363 de 8 de abril de 1854, Art. 6º.
<http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaLegislacao.action>.

[9] *Arquivo Público do Pará.* Fundo: Secretaria da Presidência da Província. Série: Ofícios. Ano: 1854-1855. Caixa: 184. Documentos: Colônia Militar de Óbidos.

[10] *Arquivo Público do Pará.* Fundo: Secretaria da Presidência da Província. Série: Ofícios. Ano: 1854-1855. Caixa: 184.

[11] BRASIL. *Ministério do Império.* Ministro Luiz Pedreira do Coutto Ferraz. Relatório do Anno de 1855 apresentado a Assembleia Geral Legislativa na 4ª Sessão da 9ª Legislatura.
<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1728/000142.html>.

[12] RITZMANN, Iracy Gallo. *Belém: cidade miasmática (1878 – 1900).* São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1997.

[13] TRINDADE, Maria Beatriz Rocha. "Refluxos culturais da emigração portuguesa para o Brasil". In: *Análise Social*, vol. .XXII (90), 1986, pp.139-156.
[14] Trindade, *op. cit.*, p. 141.
[15] *Arquivo Público do Pará.* Fundo: Secretaria da Presidência da Província. Série: Ofícios. Ano: 1854-1855. Caixa: 184. Documentos: Colônia Militar de Óbidos
[16] DELUMEAU, Jean. *História do Medo no Ocidente – 1300 – 1800*. São Paulo, Cia. das Letras, 1996, pp.107-150
[17] Sobre experiência epidêmica do cólera no Pará ver o livro de BELTRÃO, Jane Felipe. *Cólera, o flagelo da Belém do Grão-Pará (séculos XVII e XIX)*. Belém, Museu Paraense Emilio Goeldi; Universidade Federal do Pará, 2004.
[18] *Idem, ibidem.*
[19] *Arquivo Público do Pará.* Fundo: Secretaria da Presidência da Província. Série: Ofícios. Ano: 1854-1855. Caixa: 184. Documentos: Colônia Militar de Óbidos.
[20] DELUMEAU, *op.cit.,* pp.107-150.
[21] *Arquivo Público do Pará.* Fundo: Secretaria da Presidência da Província. Série: Ofícios. Ano: 1854-1855. Caixa: 184. Documentos: Colônia Militar de Óbidos
[22] *Idem, ibidem.*
[23] *Idem, ibidem.*
[24] ALENCASTRO, Luiz Felipe de; RENAUX, Maria Luiza. "Caras e modos dos migrantes e imigrantes". In: ALENCASTRO, Luis Felipe (Org.) *História da Vida Privada no Brasil: Império: a corte e a modernidade nacional*. São Paulo, Cia. das Letras, 1997, pp. 292-335.
[25] *Arquivo Público do Pará.* Fundo: Secretaria da Presidência da Província. Série: Ofícios. Ano: 1854-1855. Caixa: 184.
[26] *Idem, ibidem.*
[27] *Idem.* Dados extraídos do Relatório de 27 de julho de 1855 do Diretor da Vila Militar de Óbidos Pedro da Cunha.
[28] *Arquivo Público do Pará.* Fundo: Secretaria da Presidência da Província. Série: Ofícios. Ano: 1854-1855. Caixa: 184.
[29] *Idem, ibidem.*
[30] BATES, Henry Walter. *Um naturalista no rio Amazonas*. Belo Horizonte; São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1979, p. 102.
[31] *Arquivo Público do Pará.* Fundo: Secretaria da Presidência da Província. Série: Ofícios. Ano: 1854-1855. Caixa: 184. Documentos: Colônia Militar de Óbidos.
[32] A Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas foi fundada pelo barão de Mauá, em agosto de 1852 e começou a operar no primeiro dia do ano de 1853, disponibilizando duas linhas: a primeira ia de Belém até Barra do Rio Negro, capital da província do Amazonas; e a segunda linha partia de Barra do Rio Negro até Nauta, no Peru. Ver EL-KAREH, Almir Chaiban. *A Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas e a Defesa da Amazônia Brasileira – o imaginado grande banquete comercial.* In: <http://www.abphe.org.br/congresso2003/Textos/Abphe_2003_74.pdf>.
[33] *Arquivo Público do Pará.* Fundo: Secretaria da Presidência da Província. Série: Ofícios. Ano: 1854-1855. Caixa: 184. Documentos: Colônia Militar de Óbidos.